

Campanha Salarial

Sinai organiza série de assembleias para aprovação de pautas

Grande parte das reivindicações são pendências do ano passado

As assembleias de aprovação de pautas da Campanha Salarial 2010, começaram dia 19 de fevereiro e seguem até o dia 10 de março. Nesse período, a pauta geral será

encaminhada ao Gabinete da Governadora. A esperança é que, este ano, as negociações devam ocorrer em melhor situação, já que, nas discussões do ano passado, tudo foi “jogado” para este ano.

Reivindicações mais urgentes

- Re-estruturação e re-estabelecimento do quadro funcional da JUCERN;
- Regulamentação do Plano do IDEMA;
- Implantação dos Planos de Cargos da FJA, da EMPARN e da CEASA;
- Re-estruturação do quadro de pessoal de nível médio e superior do Estado;
- Elaboração e implantação do PCCR do IDIARN;
- Concessão do reajuste que tramita no Governo para o pessoal do DER e a elaboração do Plano de Cargos e sua implantação;
- Re-estruturação do PCCR do DETRAN;
- Definição de uma regra de política salarial para o funcionalismo público.
- Conclusão dos trabalhos de elaboração do PCCR da EMATER;

Acompanhe o calendário de assembleias da Campanha Salarial 2010

Natal/RN

CEASA 19 de fevereiro, às 8 horas	EMPARN 25 de fevereiro, às 10 horas
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO 22 de fevereiro, às 9 horas	FUNDAC 25 de fevereiro, às 9 horas
DETRAN 22 de fevereiro, às 12 horas	JUCERN 1º de março, às 9 horas
IPERN 23 de fevereiro, às 12 horas	IDIARN 1º de março, às 10 horas
EMATER 23 de fevereiro, às 10 horas	IDEMA 2 de março, às 10 horas
DER 24 de fevereiro, às 10 horas	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA) 3 de março, às 9 horas
DATANORTE 24 de fevereiro, às 8:30h	

Veja nesta edição:

AÇÃO

SINAI entra com recurso contra parecer desfavorável aos servidores da EMATER

Pág.3

CEDUCs

Servidores de carreira são nomeados para CEDUCs de Natal e Caicó

Pág.4

Prestação de contas

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA DO RN - SINAI

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas e despesas mês Dezembro de 2009

RECEITAS		
	Mensalidade Sindical.....	R\$ 38.356,68
	Rendimento da poupança.....	R\$ 925,13
	Honorários proc. 04-856-96 e 03-320-92.....	R\$ 33.307,05
	TOTAL.....	R\$ 72.588,86
DESPESAS		VALOR
01	ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 6.444,64
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$ 1.312,00
03	ASSESSORIA CONTABIL	R\$ 1.050,00
04	FOLHA DE PESSOAL, 13º SALÁRIO, FÉRIAS E RESCISÃO CONTRATUAL	R\$ 11.238,97
05	ENCARGOS SOCIAIS (FGTS, ISS, INSS e PIS)	R\$ 8.059,05
	SUB. TOTAL.....	R\$ 28.104,66
06	DIEESE/mensalidade	R\$ 474,89
07	VALE TRANSPORTE (funcionários + dirigentes)	R\$ 1.267,20
08	TELEFONES + CELULAR (Natal/Mossoró)	R\$ 1.338,01
09	ÁGUA	R\$ 70,30
10	ENERGIA	R\$ 673,26
11	FUNDO FIXO CAICÓ	R\$ 1.666,45
12	FUNDO FIXO MOSSORÓ	R\$ 1.849,66
13	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$ 3.889,46
14	COMBUSTÍVEL (2 CARROS E 1 MOTO)	R\$ 963,90
15	XEROX	R\$ 240,00
16	JORNAL DO SINAI	R\$ 1.180,00
17	MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 316,80
18	PROVEDOR DE INTERNET E TV A CABO	R\$ 153,30
19	SEGURANÇA ELETRÔNICA	R\$ 300,00
20	MENSALIDADE INTERSINDICAL (outubro e novembro)	R\$ 1.540,78
21	* PAGAMENTO DE ACORDO RT 04-0363-09 - PARC. 7 DE 7 (acidente de trabalho)	R\$ 5.000,00
22	* DESP. C/ PUBLICAÇÃO DE EDITAL - I COESINAI	R\$ 350,00
23	* DESP. C/ CONTRIB. P/ O TRANSP. DE FILIADOS - CONFRAT. FUNDAC SERIDÓ	R\$ 100,00
24	* DESP. C/ CONTRIB. P/ O TRANSP. DE FILIADOS - CONFRAT. DA ASSEMA-SERIDÓ	R\$ 250,00
25	* DESP. C/ CONTRIB. P/ A CONFRAT. DOS ASSOCIADOS DA EMBRAPA	R\$ 150,00
26	* DESP. C/ MOVIMENTOS SOCIAIS - ENCONTRO ESTADUAL DO MST	R\$ 250,00
27	* DESP. C/ PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - PROC. 04-363-2009	R\$ 700,00
28	* DESP. C/ PAG. DE CUSTAS PROC. - PROC. 001-09-0365926 e 001-09-0325622	R\$ 200,76
29	* DESP. C/ CONF. DE CÁLC. E RECIBOS - RT 04-856/96	R\$ 275,52
30	* DESP. C/ CONFRAT. DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO (REstante)	R\$ 1.100,00
31	* DESP. C/ VIAGEM AS REGIONAIS DO OESTE, ALTO OESTE E SERIDÓ	R\$ 327,25
32	* DESP. C/ O 1º COESINAI	R\$ 8.468,87
33	* DESP. C/ 3º SEMINÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS CEDUC'S E CIAD'S	R\$ 512,47
34	* DESP. C/ REUNIÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL	R\$ 579,52
35	* DESP. C/ CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA (DIRETORES E FUNCIONÁRIOS)	R\$ 1.503,86
36	* DESP. C/ DEVOLUÇÃO DE DESC. ASSISTENCIAL POR EXCESSO (FUNDAC)	R\$ 20,00
37	* DESP. C/ CAMPANHA SALARIAL 2009 - GREVE DETRAN	R\$ 600,00
	TOTAL.....	R\$ 64.416,92
Receitas.....	R\$ 72.588,86	
Despesas.....	R\$ 64.416,92	
Saldo do mês.....	R\$ 8.171,94	

PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRECATÓRIOS PAGOS PELO SINAI

RT 04-856-96... SINAI x Fund. José Augusto		
Crédito 1/12.....	R\$ 526.463,37	
Repasse aos reclamantes no mês.....	R\$ 420.311,42	
Honorários Advocatícios Sindicais.....	R\$ 106.151,95	
Repasse quitado.....		

RT 03-320-92... SINAI x COHAB		
Crédito/Multa.....	R\$ 36.454,49	
Repasse aos reclamantes no mês.....	R\$ 31.582,95	
Honorários Advocatícios Sindicais.....	R\$ 4.871,54	
Repasse quitado.....		

LEGENDA: * despesa de caráter não-permanente.

Natal/RN, 31 de DEZEMBRO de 2009.

SANTINO ARRUDA SILVA TEREZINHA DEC.R. FILHA MARIA BERNADETE B. DA SILVA
Presidente Contadora Tesoureira

Prestação de contas

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA DO RN - SINAI

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas e despesas mês Janeiro de 2010

RECEITAS		
	Mensalidade Sindical.....	R\$ 39.275,99
	Rendimento da poupança.....	R\$ 938,34
	Honorários proc. 04-856-96.....	R\$ 9.296,87
	TOTAL.....	R\$ 49.511,20
DESPESAS		VALOR
01	ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 6.449,48
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$ 1.312,00
03	ASSESSORIA CONTABIL	R\$ 1.076,90
04	FOLHA DE PESSOAL	R\$ 2.609,50
05	ENCARGOS SOCIAIS (FGTS, ISS, INSS e PIS)	R\$ 3.711,57
	SUB. TOTAL.....	R\$ 15.159,45
06	DIEESE/mensalidade	R\$ 474,89
07	VALE TRANSPORTE (funcionários + dirigentes)	R\$ 702,40
08	TELEFONES + CELULAR (Natal/Mossoró)	R\$ 1.174,11
09	ÁGUA	R\$ 70,30
10	ENERGIA	R\$ 449,85
11	FUNDO FIXO CAICÓ	R\$ 1.084,77
12	FUNDO FIXO MOSSORÓ	R\$ 1.851,52
13	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$ 1.561,16
14	COMBUSTÍVEL (2 CARROS E 1 MOTO)	R\$ 432,90
15	MATERIAL DE INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO	R\$ 160,00
16	PROVEDOR DE INTERNET E TV A CABO	R\$ 153,30
17	SEGURANÇA ELETRÔNICA	R\$ 300,00
18	* DESP. C/ MOVIMENTOS SOCIAIS - GRUPO PROTAGONISTA DA PAZ	R\$ 100,00
19	* DESP. C/ PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - PROC. 001.08.033197-2	R\$ 150,00
20	* DESP. C/ CONF. DE CÁLC. E RECIBOS - RT 04-856/96 E RT 03-320/92	R\$ 1.009,00
21	* DESP. C/ FARDAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DO SINAI	R\$ 1.631,70
22	* DESP. C/ REGISTROS CARTORIAIS	R\$ 138,70
23	* DESP. C/ CERTIFICADO DIGITAL EMPRESARIAL	R\$ 445,00
24	* DESP. C/ SERVIÇO DE DETETIZAÇÃO DE INSETOR - SEDE	R\$ 150,00
25	* DESP. C/ DELEGAÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	R\$ 7.162,00
	TOTAL.....	R\$ 34.361,05
Receitas.....	R\$ 49.511,20	
Despesas.....	R\$ 34.361,05	
Saldo do mês.....	R\$ 15.150,15	

PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRECATÓRIOS PAGOS PELO SINAI

RT 04-856-96... SINAI x Fund. José Augusto		
Crédito 2/12.....	R\$ 167.942,48	
Repasse aos reclamantes no mês.....	R\$ 136.545,85	
Honorários Advocatícios Sindicais.....	R\$ 31.396,63	
Repasse quitado.....		

LEGENDA: * despesa de caráter não-permanente.

Natal/RN, 31 de JANEIRO de 2010.

SANTINO ARRUDA SILVA TEREZINHA DEC.R. FILHA MARIA BERNADETE B. DA SILVA
Presidente Contadora Tesoureira

SINAIFiliado à
INTERINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN

Rua Leonardo Drummond, 1661, Lagoa Nova
Cep: 59075-210 - Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851
E-mail: sinairn@hotmail.com
Site: www.sinairn.com.br

Base: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, SEARA, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR E CEHAB. Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC)

Coordenação Regional do Médio Oeste
Rua Luiz Ludugero, 0026 - Abolição II - Telefax: (0**84) 3321.1271
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN.
E-mail: sinai-mos@hotmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN
Rua Otávio Lamartine, nº 643 - Sala 102 - 1º andar - Centro - Edifício Aroldo Cardoso de Araújo - CEP: 59300-000 - Caicó/RN - Fone: (0**84) 3421-2999
E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Presidente:
Santino Arruda Silva
Vice-Presidente:
Maria Sineide da Silva Lima
Secretário Geral:
José Nilson Bezerra
Primeira-Secretária:
Maria do Socorro Lopes de Oliveira
Tesoureira Geral:
Maria Bernadete Bezerra da Silva
Primeiro-Tesoureiro:
Edgar Alves dos Santos
Diretora de Formação Sindical:
Vera Lúcia de Abreu

Diretor de Imprensa e Comunicação:
Samuel Mendes
Diretor de Adm. Patrimônio e Informática:
Neilton Pedro de Fontes
Diretor de Cultura Esporte e Lazer:
Getúlio Leandro Oliveira
Diretor Jurídico:
Eliel Elias Bezerra
Diretor de Políticas Sociais:
Áurea Gomes de Miranda
Diretora do Dep. da Mulher Trabalhadora:
Zilte Nunes de Oliveira



Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388
E-mail: elequatro@uol.com.br

Jornalista responsável
Leilton Lima - DRT/RN 579
Gilberto Oliveira

Diagramação
Marknilson Barbosa

Revisão
Silvaneide Dantas

SINAI entra com recurso contra parecer desfavorável aos servidores da EMATER

Ação havia recebido sentença favorável em primeira instância

O processo que pede o fim da discriminação da jornada de trabalho entre antigos e novos servidores da Emater foi modificado por uma das turmas do Tribunal de Justiça do Estado. O Sinai imediatamente entrou com um recurso jurídico cabível com o objetivo de rever a situação. A Ação havia recebido sentença favorável da Justiça Estadual em primeira instância. O Ministério Público também se pronunciou favoravelmente aos anseios dos servidores.

A sentença de primeira instância é completa, cristalina e não deixa margem a dúvidas sobre o direito à jornada de 6 horas para os servidores da Emater. A base é um decreto estadual que não pode ser modificado por uma resolução da diretoria do Instituto.

Nessas horas, também aparecem os julgamentos apressados e sem base. Chegaram a dizer que o desfecho desfavorável aos servidores foi causado pela ausência do advogado do Sinai no julgamento. Ora, o que estava sendo julgado era o mérito do processo, já sentenciado em primeira instância. Portanto, diante de sua fundamentação jurídica, o que se esperava era a confirmação, e não modificação.

Processo

Para que um processo já sentenciado em primeira instância seja julgado, não há necessidade da presença de um advogado. Se assim fosse, de nada serviria a fundamentação inicial do processo.

Seria mais razoável se imaginar que os desem-



Foto: Lenilton Lima

bargadores não se ativeram ao conteúdo do processo em julgamento. Sequer teriam lido o espetacular e cristalino parecer do Ministério Público, favorável à categoria, tampouco a sentença de primeiro grau.

Afirmação

O Sinai jamais teve postura negligente diante de qualquer ação, seja ela política, social, seja jurídica. Nossos mais de 20 anos de história são a prova incontestável dessa afirmação.

Governo faz trapalhada com dados do limite prudencial

Lei de Responsabilidade Fiscal continua sendo usada como desculpa

O Governo do Estado está recorrendo ao surrado argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal como desculpa para não cumprir suas obrigações para com o funcionalismo público estadual. No último dia 4 de fevereiro, o Diário Oficial do Estado trouxe dados que apontavam a chegada ao limite máximo da despesa com

pessoal: 49%. Antes, em 30 de janeiro, o número era diferente: 33,77%.

Erro? Há três anos, após ser questionado pelo Fórum dos Servidores quanto às falhas orçamentárias no tocante à verba para o reajuste do funcionalismo, o Secretário Vagner Araujo, na época no planejamento, desqualificou o Fórum, jogando-o contra a equipe técnica da Secretaria.

Irresponsabilidade

E agora, José, quem cometeu o "erro"? Tamanha irresponsabilidade é inadmissível! Como aceitar a divulgação de uma informação dessa magnitude sem o devido zelo? Quem vai dar crédito a essa informação?

De qualquer forma a própria Lei de Responsabilidade Fiscal aponta saídas para os casos em que o limite máximo seja

ultrapassado. Certamente, o desrespeito aos direitos dos servidores não está entre elas. Pela Lei, os cortes devem ser feitos onde exista o maior peso orçamentário, que é na estrutura de governo. Cargos comissionados e Secretarias para acomodação política são exemplos de práticas que devem ser revistas para efeito de enxugamento da máquina.

CEDUCs

Servidores de carreira são nomeados para CEDUCs de Natal e Caicó

Sindicato considera avanço, mas cobra eleições diretas

Enfim, uma mudança nas coordenações dos CEDUCs, Natal e Caicó. As alterações foram feitas sem qualquer consulta aos respectivos setores. Contudo o ponto positivo é que os coordenadores escolhidos são do quadro efetivo da Fundação, um pré-requisito da Lei Complementar 361, para o qual este Sindicato tem chamado atenção.

Reivindicação

Mas ser do quadro não é tudo. Na pauta do ano passado, a categoria já reivindicava eleições diretas para coordenador de unidades. A reivindicação foi ignorada até agora pela direção da FUNDAC, mas a luta vai continuar.

Não se pode negar que há pessoas habilidosas para aquela espinhosa função também fora do quadro da Fundac. Um exemplo disso é o atual coordenador do CIAD Natal, José Negreiros. Um militar com formação humanística, que faz bom trabalho, tanto no que diz respeito ao tratamento dispensado aos adolescentes, como na relação com o quadro funcional.

Parabéns

De qualquer forma, o Sinaí/RN parabeniza os dois servidores nomeados. Esperamos que o Pereira, em Caicó, tenha uma relação de civilidade com o bom corpo funcional que encontra lá, diferente do que aconteceu em sua passagem pelo CEDUC Pitimbu.

Programa Jovem Cidadão vira moeda de politicagem

Seleção de beneficiados passa antes pelo aval do deputado Nélder Queiroz

As indicações para o Programa “Jovem Cidadão”, na cidade de Currais Novos, somente se efetivam após o visto do deputado Nélder Queiroz. As informações são da própria coordenadora do Programa, Luciana Mota.

O antigo Projeto Guarda Mirim, hoje Jovem Cidadão, dispõe de quatro vagas abertas há mais de três meses aguardando o aval do deputado.

Até já houve a indicação de um menor, mas completamente fora

dos padrões exigidos para o Programa. Constatou-se que a família tem renda superior a dois salários mínimos, e o menor estudava em escola particular. Para completar, a própria criança disse que não queria o trabalho.

Anteriormente, a seleção era feita pelas equipes de acompanhamento da Fundac, de acordo com critérios sociais. Agora, os critérios são políticos. A pergunta é: A Governadora Wilma sabe disso?

“O antigo Projeto Guarda Mirim, hoje Jovem Cidadão, dispõe de quatro vagas abertas há mais de três meses aguardando o aval do deputado.”

Real

Trabalhadores estão pagando o preço do Real

Os trabalhadores foram perdendo a reposição salarial, sempre que a inflação atingia determinado patamar

Santino Arruda
Sindicalista e Presidente do Sinaí/RN

Inicia-se o 15º ano em que o funcionalismo estadual amarga a ausência de uma regra para a recomposição salarial. Esse foi o resultado da implantação do Real. Um projeto de aperfeiçoamento do capital, preparado, planejado e levado a cabo pelo famigerado governo FHC, mantido na íntegra pelo governo Lula.

Perdas

Os trabalhadores foram perdendo a reposição salarial, sempre

que a inflação atingia determinado patamar. Modificou-se a lei e não se definiu uma política para o reajuste salarial do trabalhador e do funcionalismo público.

Passou a valer a “livre negociação”. Como jamais haverá livre negociação no capitalismo, ficamos à mercê da nossa própria organização e da disposição de lutar. Fora isso, é vender ilusão. Até porque o Governo tem se mostrado desconhecedor das regras por ele próprio definidas. A da “livre negociação” até poderia ser estabelecida para aquelas

sociedades em que o mundo do trabalho tivesse uma relação civilizada. Lamentavelmente, no caso do Brasil, ainda há muito que lutar para se chegar a essa condição.

Esse foi o “presente” do Real para a classe trabalhadora. Claro, não se pode negar seus acertos. Sobre tudo no tocante ao “controle inflacionário”, que permitiu melhorar o nível do salário mínimo, por exemplo.

Porém a desorganização da legislação salarial no País desestruturou a vida de aposentados e das categorias

menos organizadas, que dependem de uma legislação que as proteja.

Política salarial

No caso dos aposentados do RGP (Regime Geral da Previdência), há o fator previdenciário, um instrumento que penaliza mais ainda o trabalhador.

O governo do Estado precisa definir uma política salarial para o funcionalismo o mais rápido possível. Se não há reposição das perdas, e o Governo não negocia, não haverá outro caminho senão a greve.